

1. “As organizações encontram-se mais (1), (2) e (3). Em oposição à fábrica **gorda**, do modelo *taylorista/fordista*, nasce a fábrica **magra**, (4) por uma estrutura capaz de absorver, com um número reduzido de pessoal, as (5) quantitativas e qualitativas da demanda.”

(Ribeiro, C.V.S., & Mancebo, D.. (2013). O servidor público no mundo do trabalho do século XXI. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(1), 195. <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932013000100015>.p.195)

Seguindo as normas de ortografia, assinale a alternativa que preencha corretamente os espaços numerados:

- a) Enchutas – flexíveis – descentralizadas – caracterizada – flutuações
- b) Enchutas – flexíveis – descentralizadas – caracterisada – flutuações
- c) Enxutas – flexíveis – descentralizadas – caracterizada – flutuações
- d) Enxutas – flexíveis – decentralizadas – caracterizada – flutuações

2. “A implantação do gerencialismo visando aumentar a eficiência e eficácia no serviço público é discutida por muitos teóricos. Um dos estudiosos alerta que as práticas de gestão oriundas do setor empresarial, calcadas na lógica dos negócios e em bases cada vez mais mercantis, tendem a colocar em risco a imparcialidade, o tratamento igualitário e a ética do interesse geral, princípios esses fundamentais em uma ação de utilidade pública.”

(Ribeiro, C.V.S., & Mancebo, D.. (2013). O servidor público no mundo do trabalho do século XXI. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(1), 195. <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932013000100015>.p.197)

De acordo com o texto acima, podemos afirmar que:

- a) O modelo de gestão empresarial para o setor público que tem como objetivo lucros vem ao encontro do interesse público.
- b) O setor público necessita aumentar a eficiência de seus serviços, de forma que uma gestão empresarial atenda com justiça ao interesse público.
- c) A tentativa de se copiar o modelo empresarial baseado em dividendos para gestão do serviço público pode vir de encontro ao interesse público.
- d) Quando são as regras do mercado que ditam as práticas de gestão, a eficiência e a eficácia aumentam, o que vem ao encontro do interesse público.

3. Assinale a alternativa que traga os sinônimos corretos das seguintes palavras ou expressões, respectivamente: *escamotear* – *imbricado* – *obsoleto* – *em detrimento de* – *pejorativo* – *expediente*

- a) escamar – interligado – atemporal – causando dano a – ultrajante – comunicação
- b) esconder – conectado – anacrônico – em prejuízo de – despectivo – memorando
- c) abafar – desconectado – extemporâneo – trazendo desvantagem a – favorável – requerimento
- d) descobrir – entrelaçado – intemporal – trazendo vantagem a – difamatório – carta

4. Assinale a alternativa correta, quanto à flexão verbal e/ou nominal, levando em consideração as novas normas do acordo ortográfico:

- a) O novo cenário proviu transformações que levaram ao surgimento de modelos alternativos de produção.
- b) À época da coleta de dados, o campus contava com muitos servidores, que terminaram por apresentar os abaixo-assinados.
- c) Questiona-se se a atual conjuntura socioeconômica permitiria sustentar que o trabalho se mantesse como elemento estruturante da vida e sociedade.
- d) Uma das vertentes teórica que fundamenta as pesquisas sobre sentidos e significados do trabalho é a sócio-histórica.

5. Tomamos **um moca** na cidade, após sairmos da reunião.

Na reunião dos **sommeliers**, a diretoria apresentou o **melhor borgonha** que já tinham provado. Houve uma época em que os arquitetos usavam o **nanquim** para desenhar.

Estas três sentenças trazem três palavras que se originam dos substantivos femininos Moca (cidade portuária no Iêmen), Borgonha (região na França) e Nanquim (cidade na China). No entanto, são usadas no masculino. Este é um caso de:

- a) Mudança de gênero por elipse.
- b) Mudança de gênero por oposição entre gênero e sentido.
- c) Mudança de gênero por serem epicenos.
- d) Mudança de gênero por serem sobrecomuns.

6. Algumas das palavras nas assertivas a seguir são acentuadas, outras não. Propositamente, não acentuamos as palavras.

- I. estereotipo – acolito – esofago – endometrio
- II. paradigma – rubrica – abdomen – hifen

Baseando-nos no conhecimento das normas de acentuação e de vocabulário, podemos afirmar que:

- a) Em I são paroxítonas e em II são proparoxítonas.
- b) Em I são proparoxítonas e em II são paroxítonas.
- c) Em I são oxítonas e em II são paroxítonas.
- d) Em I são paroxítonas e em II são oxítonas.

7. Leia as assertivas a seguir:

- I. Gostaria muitíssimo de ir à casa que você ganhou de seus pais.
- II. Gostaria de voltar a casa, se você não se importa.
- III. Eles leram da página 5 à página 25.
- IV. Alice aceitou trabalhar de segunda à quinta.

Assinale a alternativa que se aplica quanto ao uso da crase:

- a) Apenas assertiva I está incorreta.
- b) Apenas assertiva II está incorreta.
- c) Apenas assertiva III está incorreta.
- d) Apenas assertiva IV está incorreta.

8. Leia as assertivas abaixo:

- I. Os amigos de João, que não sabiam nadar, ficaram apenas olhando o mar.
- II. Os amigos de João que não sabiam nadar ficaram apenas olhando o mar.

Assinale a alternativa que se aplica quanto às sentenças acima:

- a) Em II, nenhum amigo de João sabia nadar.
- b) Em nenhuma das assertivas os amigos de João sabiam nadar.
- c) Em I, nenhum amigo de João sabia nadar.
- d) Em I, alguns amigos de João sabiam nadar e outros não.

9. Leia as assertivas abaixo:

- I. Se ela falou, Lúcia, estamos perdidos!
- II. Se ela falou Lúcia, estamos perdidos!

Assinale a alternativa que explica as assertivas acima:

- a) Apenas em I o interlocutor está se dirigindo a Lúcia.
- b) O interlocutor não está se dirigindo a Lúcia em nenhuma das assertivas.
- c) Em I e II, o interlocutor está se dirigindo a Lúcia.
- d) Apenas em II o interlocutor está se dirigindo a Lúcia.

10. Leia as assertivas a seguir:

- I. Procuraram-**lo**, mas não **o** encontraram.
- II. Elas espelharam-**se** em nós.
- III. Agradecê-**lo**-emos por sua boa vontade.
- IV. **Lhes** fizeram muitas homenagens.

Assinale a alternativa correta quanto à regência verbal:

- a) Apenas assertivas II, III e IV estão corretas.
- b) Apenas assertiva IV está correta.
- c) Apenas assertivas I e III estão corretas.
- d) Apenas assertivas II e IV estão corretas.

11. Estas ações não tinham **precedentes**. Eram **procedentes** de total desconhecimento dos fatos.

Assinale a alternativa que se aplica quanto às palavras sublinhadas:

- a) São parônimas.
- b) São sinônimas.
- c) São homônimas.
- d) São antônimas.

12. Leia as assertivas a seguir:

- I. A mesa de diretores estendeu o **comprimento** a todos os funcionários. (cumprimento)
- II. Concordamos com tudo o que você disse, ou seja, **ratificamos** suas palavras. (retificamos)
- III. A **dispensa** de casa estava lotada de vidros de conserva! (despensa)
- IV. Luís foi um verdadeiro **cavalheiro**, nos escutou e não assoviou durante o jogo. (cavaleiro)

Entre parênteses estão os parônimos das palavras sublinhadas. Assinale a alternativa que se aplica:

- a) Apenas assertiva III está incorreta.
- b) Apenas assertivas I e III estão incorreta.
- c) Apenas assertivas II e IV estão incorreta.
- d) Nenhuma das assertivas está incorreta.

13. Assinale a alternativa na qual ao menos um verbo apresenta **ERRO** de flexão ou regência:

- a) Seja pelo poder econômico que possuíram, seja pelo conjunto de competências técnicas de que dispuseram, as empresas foram uma das instituições mais influentes nos rumos da sociedade.
- b) Seja pelo poder econômico que possuem, seja pelo conjunto de competências técnicas de que dispõem, as empresas são uma das instituições mais influentes nos rumos da sociedade.
- c) Seja pelo poder econômico que possuiriam, seja pelo conjunto de competências técnicas de que tinham disporiam, as empresas seriam uma das instituições mais influentes nos rumos da sociedade.
- d) Seja pelo poder econômico que possuíram, seja pelo conjunto de competências técnicas de que disporam, as empresas serão uma das instituições mais influentes nos rumos da sociedade.

14. As empresas são construções sociais, sujeito e objeto da realidade da qual fazem parte. Desta forma, participa tanto no agravamento quanto na superação dos múltiplos problemas que a sociedade enfrenta. Entende-se por empresa humanizada aquela que, voltada para a qualidade de vida de seus funcionários e/ou para o ambiente, agrega outros valores que não somente a maximização do retorno para os acionistas. Nos perguntamos se hoje deveria haver espaço para empresas que não zelem por seus trabalhadores, que seja irresponsável com os recursos naturais ou que ignore qualquer interesse que não o do capital. Diante das características deste início de século, marcado por desigualdades e desequilíbrios complexos e interdependentes, torna-se cada vez mais evidente a insustentabilidade das práticas comerciais que só contemplem a maximização do retorno sobre o capital.

(Adaptado de Vergara, S. C., & Branco, P. D.. (2001).

Empresa humanizada: a organização necessária e possível. *Revista de Administração de Empresas*, 41(2), 21. <https://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902001000200003>)

De acordo com o texto, assinale o que **NÃO** se pode afirmar:

- a) Ignorar o bem-estar dos funcionários, não se preocupar com o uso dos recursos naturais, centrando-se apenas em dividendos é o que poderíamos chamar de uma empresa não-humanizada.
- b) Uma empresa que foca exclusivamente nos lucros decorrentes de sua atividade comercial, desprezando a qualidade de vida de sua força de trabalho e seu entorno não pode ser considerada uma empresa humanizada.
- c) As empresas da entrada do século XXI buscam resolver os conflitos sociais em torno ao tema do meio ambiente adotando uma postura voltada ao interesse social em detrimento do interesse do capital. Esta postura, no entanto, está dissociada das políticas públicas de sustentabilidade.
- d) O conceito de empresa humanizada vem ao encontro de necessidades postas pela sociedade contemporânea, quais sejam, de um olhar menos voltado para o capital e mais voltado para a qualidade de vida.

15. Os processos de trabalho no setor público se caracterizam por atividades típicas do setor terciário ou de serviços. Apesar de inicialmente as atividades de serviço tenham sido compreendidas como trabalho improdutivo e de baixa rentabilidade, cujos resultados são produtos intangíveis, hoje, juntamente com todos os outros serviços cujo processo produtivo se dá em bases capitalistas de produção foram considerados produtivos, fossem ou não intangíveis.

(Adaptado de Souza, S.A.D., & Moulin, M.G.B. (2014). Serviço público: significados e sentidos de um trabalho em mutação. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 17(1), 49-65. Recuperado em 21 de julho de 2019, de

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172014000200005&lng=pt&tlng=pt)

Leia as assertivas a seguir:

- I. Apesar de muitas vezes abstrato, o resultado das atividades do setor público de serviços hoje em dia é considerado produtivo.
- II. Quando as atividades do setor terciário passaram a dar retorno financeiro satisfatório, passaram a ser consideradas uma área produtiva.
- III. Dentro do setor público de serviços há atividades que se podem mensurar e outras que não se pode mensurar. A atividade intangível é uma atividade que se pode mensurar.

Assinale a alternativa correta em relação à compreensão do texto:

- a) Apenas assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas assertiva I está correta.
- c) Apenas assertiva III está correta.
- d) Apenas assertiva II e III estão corretas.

16. O servidor público acaba intermediando as esferas do público e privado numa sociedade onde os interesses individuais, por vezes, se sobrepõem aos interesses coletivos. Cabe às esferas públicas e, sobretudo, aos trabalhadores que as representam e que estão em contato direto com os cidadãos, sofrer o impacto das deficiências do Estado no contato com a população e fazer valer o interesse da comunidade numa sociedade onde o cidadão comum espera privilégios e satisfação de suas necessidades individuais. O gerenciamento de conflitos que se originam nessa tarefa de mediação faz parte do dia a dia do trabalho de boa parte dos servidores públicos e demandam considerável mobilização subjetiva, que também constituem os processos de trabalho no setor público.

(Adaptado de Souza, S.A.D., & Moulin, M.G.B. (2014). Serviço público: significados e sentidos de um trabalho em mutação. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 17(1), 52. Recuperado em 21 de julho de 2019, de

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172014000200005&lng=pt&tlng=pt)

Leia as assertivas:

- I. Quem trabalha no setor público tem que gerenciar a lacuna existente entre cidadão e iniciativa privada, muitas vezes em detrimento de suas próprias necessidades.
- II. Os servidores públicos muitas vezes têm que servir como mediadores entre o cidadão e o Estado, o que

exige um processo totalmente objetivo de satisfação das necessidades desse cidadão.

- III. O foco do servidor público é atender os cidadãos de forma que o interesse da coletividade se sobreponha ao interesse individual.
- IV. O papel de mediador do servidor público é subjetivo e, portanto, intangível. Por isso deve ser considerado menos importante que outros processos.

Assinale a alternativa que se aplica:

- a) Apenas assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas assertivas III e IV estão corretas.
- c) Apenas assertiva III está correta.
- d) Apenas assertivas I e IV estão corretas.

17. Sabe-se que X está para Y assim como 10 está para 5 e que $4X - Y = 70$. Qual é o valor de $X+Y$?

- a) 25
- b) 35
- c) 40
- d) 30

18. Uma aplicação de \$ 4.100,00 é feita por três meses no regime dos juros compostos a taxa de 3% ao mês, resultará no montante de:

- a) \$ 4.480,18
- b) \$ 4.683,26
- c) \$ 4.369,00
- d) \$ 4.590,12

19. Uma empresa tem uma frota de 49 ônibus. Sabe-se que 12 estão parados em manutenção. Determine o percentual de ônibus em operação ativa nessa empresa:

- a) 63,58%
- b) 32,57%
- c) 24,49%
- d) 75,51%

20. Qual é a taxa de juros compostos efetiva mensal correspondente a taxa de juros de 48% ao ano capitalizado mensalmente?

- a) 3,32% ao mês.
- b) 2,49% ao mês.
- c) 3,78% ao mês.
- d) 4,00% ao mês.

21. CPU é sigla inglesa de Central Processing Unit, que, em português, significa “Unidade Central de Processamento”. Sobre CPU é **INCORRETO** afirmar que:

- a) Tem a responsabilidade de processar todos os tipos de dados e apresentar o resultado do processamento.
- b) Possui a memória cache, que armazena dados para o processamento.
- c) Pode ser substituída por um hard drive, que ajuda na função de processamento de dados de um computador.
- d) A velocidade de processamento das informações em um computador está diretamente relacionada à velocidade do processador.

22. Qual o tipo de backup que deve ser realizado para fazer a cópia apenas das alterações relativas ao último backup?
- Diferencial.
 - Completo.
 - Incremental.
 - Analógico.
23. A respeito da Intranet, assinale a alternativa **INCORRETA**:
- É uma rede privada de uso exclusivo de um determinado local.
 - Em uma empresa só pode ser acessada pelos seus utilizadores ou colaboradores internos.
 - É um conglomerado de redes locais, interconectadas e espalhadas pelo mundo inteiro.
 - Partilha de impressoras e dados.
24. O armazenamento em cloud ou armazenamento na nuvem, tornou-se bastante popular nos últimos anos. Sobre ele, é **INCORRETO** afirmar que:
- Possui restrições de local no acesso dos dados. Podendo ser acessado somente na rede interna da empresa.
 - Armazena dados na Internet por meio de um provedor de computação na nuvem, que gerencia e opera o armazenamento físico de dados como serviço.
 - É útil pois nem sempre é fácil estimar a quantidade de armazenamento que sua você precisará.
 - Com o armazenamento na nuvem, não é necessário adquirir hardware.
25. O erro #REF! no Microsoft Excel indica que:
- A função aplicada à uma célula não existe.
 - Uma conta foi refeita mais de uma vez.
 - Uma célula que foi referenciada por fórmula foi excluída ou colada.
 - O Microsoft Excel utilizado é pirateado.
26. Declaração Universal dos Direitos da Criança, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 20 de novembro de 1959, dispõe que todas as crianças têm direito:
- A crescer dentro de uma família que tenha condições financeiras para suprir suas necessidades, onde haja limites e justiça entre os povos.
 - A igualdade, sem distinção de raça, religião ou nacionalidade.
 - A alimentação, moradia e assistência médica adequada para a criança e a mãe.
 - A ser protegida contra o abandono e a exploração no trabalho.
- Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:
- Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I e III estão corretas.
 - Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
27. Versa o artigo 16 da Lei Anticorrupção (12.846/13):
- “A autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, sendo que dessa colaboração resulte.”*
- Analisar as assertivas abaixo e assinale a que apresenta a sequência correta quanto à continuidade do artigo da lei acima:
- A obtenção célere de informações e documentos que comprovem o ilícito sob apuração.
 - A pessoa jurídica seja a primeira a se manifestar sobre seu interesse em cooperar para a apuração do ato ilícito.
 - A pessoa jurídica admita sua participação no ilícito e coopere plena e permanentemente com as investigações e o processo administrativo, comparecendo, sob suas expensas, sempre que solicitada, a todos os atos processuais, até seu encerramento.
 - A pessoa jurídica cesse completamente seu envolvimento na infração investigada a partir da data de propositura do acordo.
- Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:
- Apenas as assertivas I e III estão corretas.
 - Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
28. No atual cenário político brasileiro, em que diversos políticos são acusados de crimes como o peculato, ouvimos muito o termo “delação premiada”. Analise as assertivas abaixo e assinale a correta:
- Delação premiada é uma expressão utilizada no âmbito jurídico, que significa uma espécie de “troca de favores” entre o juiz e o réu. Caso o acusado forneça informações importantes sobre outros criminosos de uma quadrilha ou dados que ajudem a solucionar um crime, o juiz poderá reduzir a pena do réu quando este for julgado.
 - A delação premiada pode ser requerida pelo próprio réu, através de um pedido formal feito por seu advogado, ou sugerida pelo promotor de justiça que está investigando o processo criminal.
 - O juiz poderá, a requerimento das partes, conceder o perdão judicial, reduzir em até 2/3 (dois terços) a pena privativa de liberdade ou substituí-la por restritiva de direitos daquele que tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e com o processo criminal, desde que dessa colaboração advenha um ou mais de resultados como a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas.
 - Caso as informações fornecidas pelo delator sejam inverídicas, o juiz pode diminuir a sua condenação e ainda processá-lo por “delação caluniosa”, sendo punido com um a dois anos de prisão por faltar com a verdade.
- Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:
- Apenas as assertivas I e III estão corretas.
 - Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
 - Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.

29. Aproximadamente 63,5 milhões de pessoas vivem em situação de pobreza no Brasil, sendo que 26,8 milhões deste total se encontram em situação de extrema pobreza. Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta:

- I. Pobreza: pessoas que vivem com renda domiciliar per capita mensal inferior ou igual a meio salário-mínimo.
- II. Extrema Pobreza: pessoas que vivem com renda domiciliar per capita mensal inferior ou igual a um quarto de salário-mínimo.
- III. A redução da mortalidade entre menores de um ano de idade deve ser prioridade dentro da agenda política, levando-se em consideração que esta apresenta o número mais concentrado de mortes de crianças de até cinco anos. O alcance desse objetivo depende da redução de mortes por causas evitáveis, aperfeiçoando-se a atenção à mulher na gestação, no parto e ao recém-nascido.
- IV. As taxas de mortalidade infantil e na infância representam um dos maiores desafios das metas adaptadas ao contexto nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- a) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.

30. De acordo com dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) e das estimativas populacionais calculadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 34,4 milhões de pessoas no Brasil ainda não têm acesso à rede de distribuição de água. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) As taxas de doenças transmitidas por inseto vetor se concentram também nas Regiões mais deficitárias no que tange ao acesso ao abastecimento de água e coleta de esgoto.
- b) As Regiões Sul e Sudeste são as que apresentam as maiores taxas de internações hospitalares por doenças relacionadas à falta de saneamento, em especial as doenças de transmissão feco-oral.
- c) Má qualidade da água, destino inadequado do lixo, má deposição de dejetos e ambientes poluídos são decorrências da falta de saneamento e fatores cruciais para proliferação de doenças.
- d) São principais doenças associadas à falta de saneamento básico: febre tifoide, cólera, hepatite A, leptospirose.

31. Assinale a alternativa correta:

- a) São condições de elegibilidade, na forma da lei: I - a nacionalidade brasileira; II - o pleno exercício dos direitos políticos; III - o alistamento eleitoral; IV - o domicílio eleitoral na circunscrição; V - a filiação partidária; VI - a idade mínima de: a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador; b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal; c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito, juiz de paz e Vereador.
- b) Leis de iniciativa do Poder Legislativo estabelecerão: I - o plano plurianual; II - as diretrizes orçamentárias; III - os orçamentos anuais.
- c) É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de: I - parcelamento ou edificação compulsórios; II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo; III - desapropriação mediante depósito prévio e integral em dinheiro, com base na planta de valores do município.
- d) Dentre os vários critérios de classificação das Constituições destaca-se aquele proposto por Karl Loewenstein, denominado “classificação ontológica”, em que se distinguem as Constituições normativas, as nominais e as semânticas. As primeiras seriam aquelas perfeitamente adaptadas à realidade social. As nominais, embora juridicamente válidas, carecem de eficácia e efetividade, pois a dinâmica do processo político e social não está adaptada às suas normas. As semânticas, por seu lado, encontram-se submetidas ao poder político dominante.

32. Assinale a alternativa correta:

- a) É autorizada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais, em face da aplicação dos princípios da simetria e da isonomia.
- b) Podem propor a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal: I - o Presidente da República; II - a Mesa da Câmara dos Deputados; III - a Mesa do Senado Federal; IV - a Mesa de Assembleia Legislativa ou a Mesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal e; V - o Procurador-Geral da República.
- c) O processo legislativo compreende somente a elaboração de: I - emendas à Constituição; II - leis complementares e III - leis ordinárias.
- d) São privativos de brasileiro nato os cargos: I - de Presidente e Vice-Presidente da República; II - de Presidente da Câmara dos Deputados; III - de Presidente do Senado Federal; IV - de Ministro do Supremo Tribunal Federal; V - da carreira diplomática; VI - de oficial das Forças Armadas. VII - de Ministro de Estado da Defesa.

33. Assinale a alternativa correta:

- a) As empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão gozar, em situações excepcionais prévia e devidamente autorizadas pelo Congresso Nacional, de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
- b) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por: I) partido político com representação no Congresso Nacional; II) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- c) Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes aos direitos e garantias fundamentais.
- d) Muito embora não exista um padrão rígido, as Constituições escritas costumam adotar determinada estrutura que, pelo menos em regra, é comum, ainda que com alguma variação. Assim, é possível afirmar que as Constituições costumam ter suas disposições agrupadas em pelo menos quatro partes: I) um preâmbulo; II) um conjunto de disposições relativas aos direitos fundamentais; III) um conjunto de disposições relativas à cidadania e; IV) um conjunto de disposições que tratem da tributação e orçamento.

34. Assinale a alternativa correta:

- a) Podem propor arguição de descumprimento de preceito fundamental os legitimados para a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.
- b) O tema da eficácia e efetividade da Constituição relaciona-se com o plano da concretização constitucional, no sentido da busca da aproximação tão íntima quanto possível entre o “dever-ser” normativo e o “ser” da realidade social. Nessa perspectiva, o princípio da máxima eficácia e efetividade (também chamado de princípio da interpretação conforme a Constituição) implica o dever do intérprete e aplicador de atribuir o sentido que assegure a congruência e integridade constitucional sem redução de seu texto, o que se verifica a partir da incidência dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade.
- c) Conceder-se-á habeas data sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- d) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta: I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal; II - do Presidente da República; III - de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

35. Assinale a alternativa correta:

- a) A propriedade urbana cumpre sua função social quando o Poder Público municipal destina 10% da receita do IPTU à construção de moradias populares às pessoas com renda familiar de até 2 (dois) salários mínimos, nos termos da Constituição Federal. Atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.
- b) Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade: I - o Presidente da República; II - a Mesa do Senado Federal; III - a Mesa da Câmara dos Deputados; IV - a Mesa de Assembleia Legislativa ou a Mesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal; V - o Governador de Estado ou o Governador do Distrito Federal; VI - o Procurador-Geral da República; VII - o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; VIII - partido político com representação no Congresso Nacional; IX - confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
- c) São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, a felicidade, o trabalho, o transporte público gratuito aos necessitados, a moradia, o lazer e o desporto, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma estabelecida em lei complementar.
- d) Conceder-se-á mandado de injunção para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público e para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

36. Sobre o regime jurídico único dos servidores públicos do Município de São José (SC), conforme previsto pela Lei Municipal n.º 2248/1991 e suas alterações, é **INCORRETO** afirmar:

- a) À servidora beneficiária da licença gestante, mediante requerimento de até 15 (quinze) dias antes do término desta licença, será assegurada a prorrogação do benefício, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, direito assegurado às servidoras concursadas, ocupantes do cargo de provimento comissionado, contratadas em caráter temporário (ACT) e contratadas pela consolidação das leis do trabalho (CLT).
- b) O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade, deverá optar por um deles, não sendo acumuláveis estas vantagens.
- c) O trabalho noturno terá um acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre o vencimento da hora normal do trabalho diurno, considerado noturno, para tais efeitos, o trabalho executado entre às 22 horas de um dia e às 5 horas do dia seguinte.
- d) A gratificação natalina será calculada sobre o vencimento do respectivo cargo ocupado pelo servidor, nele incluídas as vantagens patrimoniais permanentes e verbas indenizatórias, sendo que, no caso de cargo em comissão, a respectiva gratificação de Natal será paga somente com base no vencimento do cargo.

37. Sobre o regime jurídico-administrativo, é correto afirmar:
- A legalidade administrativa ampara a anulação, pela própria Administração Pública, dos seus respectivos atos, a qualquer tempo, quanto ilegais, vedada a previsão em lei de eventual prazo de decadência administrativa, porquanto há regra constitucional que prevê a imprescritibilidade das ações de ressarcimento ao erário.
 - Sobre o dever de licitação, ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, vedada a previsão de cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, nas condições efetivas de qualificação técnica e econômica, se justificadas pela autoridade competente como necessárias à proteção do interesse público.
 - Os atos administrativos gozam de presunção de legitimidade, de forma que são legítimos os atos administrativos até que sejam considerados inválidos, tanto pelo controle externo quanto em decorrência do exercício das prerrogativas de autotutela administrativa.
 - O princípio da publicidade, que tem previsão constitucional, indica que a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades, desde que devidamente regulamentado por lei da respectiva entidade federada.
38. Conforme previsto na Lei Orgânica do Município de São José (SC), é **INCORRETO** afirmar:
- Sobre a Câmara Municipal, na constituição da Mesa e de cada comissão é assegurada tanto quanto possível a representação proporcional dos Partidos ou blocos parlamentares representados ou existentes na Câmara.
 - A Lei Orgânica no Município pode ser emendada mediante proposta do Prefeito Municipal, de 2/3 (dois terços), no mínimo, dos Vereadores com assento na Câmara Municipal, ou de pelo menos 1% (um por cento) do eleitorado do Município de São José.
 - A criação de autarquia depende de lei específica, e a participação das entidades da administração indireta no capital de empresas privadas depende de autorização legislativa, em cada caso, ressalvados os casos de aplicação de incentivos fiscais.
 - Não perde o mandato o Vereador licenciado pela Câmara desde que o afastamento, se por motivo particular, não ultrapasse a 120 (cento e vinte) dias por sessão legislativa.
39. Sobre o plano de cargos, carreira e remuneração da Administração Pública municipal de São José (SC), conforme previsto pela Lei Complementar Municipal n.º 53/2011, pode-se afirmar que os respectivos cargos de carreira dos quadros permanentes e suplementar do Poder Executivo, autarquia e fundações, **NÃO INTEGRAM** qual dos seguintes grupos ocupacionais:
- Grupo Ocupacional Administrativo - GA.
 - Grupo Ocupacional Base - GB.
 - Grupo Ocupacional Técnico - GT.
 - Grupo Ocupacional Especialista - GE.
40. Sobre a organização da Administração Pública, é correto afirmar:
- Para as autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista o regime de responsabilidade civil é o objetivo, que independe de culpa, porquanto fundado no risco da atividade administrativa.
 - Ainda que constituídas como pessoas jurídicas de direito privado, as empresas estatais prestadoras de serviço público submetem-se ao dever de realizar concurso público para a contratação de seu pessoal, sob o regime de emprego público.
 - A desconcentração administrativa é caracterizada pela criação de uma nova pessoa jurídica, ao passo que a descentralização administrativa decorre do fracionamento da respectiva atividade em diferentes órgãos, sempre integrantes de uma pessoa jurídica de direito público.
 - Constitui característica inafastável da descentralização administrativa a criação de pessoa jurídica de direito público, dotada de patrimônio próprio, pessoal e atribuições, com a transferência em definitivo de um serviço público ou atividade administrativa específica.
41. Sobre o regime jurídico único dos servidores públicos do Município de São José (SC), conforme previsto pela Lei Municipal n.º 2248/1991 e suas alterações, é **INCORRETO** afirmar:
- São requisitos básicos para ingresso no serviço público, dentre outros, a idade mínima de 18 (dezoito) anos e máxima de 55 (cinquenta e cinco) anos, sendo que o limite máximo de idade para provimento é aplicável apenas ao servidor ocupante de cargo efetivo.
 - A ajuda de custo destina-se a compensação de despesas de viagem e instalação e só poderá ser atribuída nos casos de afastamento superior a 30 (trinta) dias, não podendo exceder a importância de 3 (três) meses de vencimento.
 - A nomeação para cargo de quadro de carreira depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecido o número de vagas, a ordem de classificação e o prazo de sua validade.
 - O servidor perderá 1/3 (um terço) da remuneração, durante o afastamento por motivo de suspensão preventiva ou prisão preventiva, pronúncia por crime comum ou denúncia por crime funcional, ou ainda, condenação por crime inafiançável em processo no qual não haja pronúncia, com direito a diferença corrigida se absolvido.

42. Sobre as licitações públicas, conforme a Lei Federal n.º 8.666/1993 e suas alterações, é **INCORRETO** afirmar:
- O julgamento das propostas será objetivo, em conformidade com os tipos de licitação, sendo que constituem tipos de licitação, exceto na modalidade de concurso, a de menor preço, a de melhor técnica, a de técnica e preço e a de maior lance ou oferta.
 - A Lei n.º 8.666/1993 é expressa ao estabelecer como modalidades de licitação a concorrência pública, a tomada de preços, o registro de preços, o convite, o concurso e o leilão.
 - Os bens imóveis da Administração Pública, cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento, poderão ser alienados por ato da autoridade competente, observado, dentre outras regras, a adoção do procedimento licitatório, sob a modalidade de concorrência ou leilão.
 - No âmbito da Lei n.º 8.666/1993, os valores nela fixados poderão ser anualmente revistos pelo Poder Executivo Federal, que os fará publicar no Diário Oficial da União, observando como limite superior a variação geral dos preços do mercado, no período.
43. Sobre as licitações públicas no âmbito das empresas públicas e sociedades de economia mista, é **INCORRETO** afirmar:
- A contratação direta será feita quando houver inviabilidade de competição, em especial na hipótese de contratação de serviços técnicos especializados, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação, a exemplo de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.
 - É dispensável a realização de licitação por empresas públicas e sociedades de economia mista, para obras e serviços de engenharia de valor até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda a obras e serviços de mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente.
 - É dispensável a realização de licitação por empresas públicas e sociedades de economia mista, na contratação de associação de pessoas com deficiência física, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, para a prestação de serviços ou fornecimento de mão de obra, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.
 - Em caso de empate entre 2 (duas) propostas, a legislação específica prevê, como primeiro critério de desempate, o sorteio.
44. Conforme previsto na Lei Orgânica do Município de São José (SC), é **INCORRETO** afirmar:
- A Prefeitura e a Câmara são obrigadas a fornecer a qualquer interessado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, certidões de atos, contratos e decisões, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor que negar ou retardar sua expedição.
 - A doação de bens imóveis pertencentes ao Município depende de prévia autorização legislativa, devendo ser adotado o procedimento de contrato de doação para o caso de bens móveis, desde que inservíveis para a Administração Pública municipal.
 - Ao Município compete prover tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse, cabendo-lhe privativamente, dentre outras, as atribuições de instituir e arrecadar tributos, tarifas e preços de sua competência, bem como aplicar as suas rendas.
 - Os Distritos serão criados, suprimidos, fundidos e organizados por lei municipal, após consulta plebiscitária à população interessada, observada a legislação estadual pertinente e as disposições da Lei Orgânica.
45. Sobre a Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), é **INCORRETO** afirmar:
- Segundo a Lei de Improbidade Administrativa, na fixação das penas previstas pela referida legislação, o juiz levará em conta a extensão do dano causado, assim como o proveito patrimonial obtido pelo agente.
 - A Lei de Improbidade Administrativa prevê que constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente.
 - Segundo a Lei de Improbidade Administrativa, estando a inicial da ação de improbidade administrativa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do requerido, para oferecer manifestação por escrito, que poderá ser instruída com documentos e justificações, dentro do prazo de quinze dias.
 - É de 05 (cinco) anos o prazo prescricional para as ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa, contados a partir da ocorrência dos respectivos fatos, inclusive quando envolverem agentes públicos no exercício de mandato, cargo em comissão ou função de confiança.
46. Assinale a alternativa que possui apenas impostos de competência municipal:
- Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação, Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural.
 - Imposto Predial e Territorial Urbano, Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis, Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação.
 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis, Imposto Predial e Territorial Urbano.
 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis.

47. Nos termos do Código Tributário Nacional, considerando as regras de fiscalização envolvidas na administração tributária, especialmente sobre a vedação de divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício, analise as sentenças abaixo e assinale a opção correta:

- I. É vedada a divulgação de informações relativas a parcelamento ou moratória.
 - II. O intercâmbio de informação sigilosa, no âmbito da Administração Pública, será realizado mediante processo regularmente instaurado.
 - III. Excetua-se da vedação de divulgação o pedido oriundo de requisição de autoridade judiciária no interesse da justiça.
- a) Apenas a alternativa III está correta.
 - b) Apenas as alternativas I e II estão corretas.
 - c) Apenas as alternativas II e III estão corretas.
 - d) As alternativas I, II e III estão corretas.

48. Assinale a alternativa correta:

- a) O Zoneamento Ambiental Municipal – ZAM – converge com os instrumentos da política urbana previstos no Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001) e da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981). Foi criado como resposta a uma série de demandas de planejamento ambiental urbano, buscando subsidiar o ordenamento do uso e ocupação do solo, especialmente advindos do processo de implementação dos Planos Diretores municipais aportando a dimensão ambiental, na sua plenitude de planejamento, gestão e implementação. Por meio da identificação das principais fragilidades e vulnerabilidades existentes, o ZAM se constitui como um instrumento estratégico para salvaguardar os recursos naturais existentes no município.
- b) Pela dicção da lei vigente, não constitui crime contra o meio ambiente o abate de animal realizado para proteger lavouras, pomares e rebanhos da ação predatória ou destruidora de animais, o que poderá ser efetuado independentemente de qualquer autorização expressa da autoridade administrativa competente, equiparando-se a hipótese à figura do estado de necessidade.
- c) De acordo com a norma regente, lei estadual definirá os empreendimentos e atividades privados em área urbana e rural que dependerão de elaboração de estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do Poder Público. A análise do projeto deverá incluir, obrigatoriamente, o adensamento populacional, a geração de tráfego e demanda por transporte público e a paisagem urbana e patrimônio natural e cultural, dentre outros. A elaboração do estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) substitui a elaboração e a aprovação de estudo prévio de impacto ambiental (EIA), requeridas nos termos da legislação ambiental, apenas quando se trate de empreendimento ou atividades públicas.
- d) É vedado ao órgão licenciador alterar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, em qualquer hipótese, mas

especialmente quando ocorrer: I - descumprimento ou cumprimento inadequado das condicionantes ou medidas de controle previstas no licenciamento, ou desobediência às normas aplicáveis; II - fornecimento de informação falsa, dúbia ou enganosa, inclusive por omissão, em qualquer fase do licenciamento ou período de validade da licença; ou III - superveniência de informações sobre riscos ao meio ambiente ou à saúde pública.

49. A respeito de prescrição e decadência, responda:

- I. Não corre prescrição e decadência em relação aos menores de 16 anos.
- II. A interrupção da prescrição por um credor aproveita aos outros.
- III. A interrupção da prescrição somente poderá ocorrer uma vez.

Assinale a correta:

- a) Todas as assertivas são verdadeiras.
- b) Apenas as assertivas I e III são verdadeiras.
- c) Apenas a assertiva III é verdadeira.
- d) Todas as assertivas são falsas.

50. Sobre o contrato de compra e venda, responda as questões:

- I. A fixação do preço pode ser deixada ao arbítrio de terceiro, que os contratantes logo designarem ou prometerem designar. Se o terceiro não aceitar a incumbência, ficará sem efeito o contrato, salvo quando acordarem os contratantes designar outra pessoa.
- II. Salvo cláusula em contrário, ficarão as despesas de escritura e registro a cargo do comprador, e a cargo do vendedor as da tradição.
- III. Sob pena de nulidade, não podem ser comprados, ainda que em hasta pública pelos servidores públicos, em geral, os bens ou direitos da pessoa jurídica a que servirem, ou que estejam sob sua administração direta ou indireta.

Assinale a correta:

- a) Apenas as assertivas I e II são verdadeiras.
- b) Todas as assertivas são verdadeiras.
- c) Apenas a assertiva II é verdadeira.
- d) Todas as assertivas são falsas.

51. Sobre o contrato de doação, responda as questões:

- I. O doador pode estipular que os bens doados voltem ao seu patrimônio, se sobreviver ao donatário.
- II. A doação pode ser revogada por ingratidão do donatário se este cometeu ofensa física contra o doador ou o seu cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
- III. Se os donatários em doação em comum forem marido e mulher, subsistirá na totalidade a doação para o cônjuge sobrevivente, salvo declaração em contrário.

Assinale a correta:

- a) Apenas as assertivas I e II são verdadeiras.
- b) Apenas a assertiva II é verdadeira.
- c) Todas as assertivas são verdadeiras.
- d) Todas as assertivas são falsas.

52. Sobre Direitos Reais de Garantia, responda:

- I. É válida a cláusula que autoriza o credor pignoratício, anticrético ou hipotecário a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga no vencimento.
- II. O credor hipotecário e o pignoratício têm o direito de executar a coisa hipotecada ou empenhada, e preferir, no pagamento, a outros credores, observada, quanto à hipoteca, a prioridade no registro, exceto quanto às dívidas que, em virtude de outras leis, devam ser pagas precipuamente a quaisquer outros créditos.
- III. O credor anticrético tem direito a reter em seu poder o bem, enquanto a dívida não for paga; extingue-se esse direito decorridos quinze anos da data de sua constituição.

Assinale a correta:

- a) Apenas a assertiva I é verdadeira.
- b) Apenas a assertiva II é verdadeira.
- c) Todas as assertivas são verdadeiras.
- d) Apenas as assertivas II e III são verdadeiras.

53. Em relação às associações assinale a correta:

- I. Os associados não precisam ter iguais direitos, e o estatuto poderá instituir categorias com vantagens especiais.
- II. A exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto.
- III. A qualidade de associado é intransmissível, se o estatuto não dispuser o contrário.

Assinale a correta:

- a) Todas as assertivas são verdadeiras.
- b) Apenas as assertivas II e III são verdadeiras.
- c) Apenas a assertiva II é verdadeira.
- d) Apenas a assertiva I é verdadeira.

54. No que toca à legitimidade *ad processum* e sua classificação pela doutrina, assinale a alternativa correta:

- a) A legitimidade *ad processum* é extraordinária quando há coincidência entre as partes da relação de Direito Material e de Direito Processual; ordinária, por sua vez, quando ausente tal coincidência.
- b) A legitimidade *ad processum* ordinária pode ser classificada em subordinada ou autônoma.
- c) A legitimidade *ad processum* é condição da ação.
- d) A legitimidade *ad processum* é ordinária quando há coincidência entre as partes da relação de Direito Material e de Direito Processual; extraordinária, por sua vez, quando ausente tal coincidência. Ainda sobre a temática, no que toca à atuação do Ministério Público em ações coletivas (especialmente quando se trata de Direitos Individuais Homogêneos), a doutrina dominante considera que se trata de legitimidade extraordinária, embora outro setor da doutrina brasileira, com amparo na dogmática alemã, considere que nesses casos tem-se o que se denomina legitimação autônoma para a condução do processo.

55. Acerca do Processo de Execução e das Defesas do Executado, considere as seguintes afirmações:

- I. O efeito suspensivo dos embargos à execução opera *ope legis*.
- II. Segundo a doutrina processualística dominante, os arts. 917 e 803, ambos do Código de Processo Civil, revelam que, respeitadas as matérias elegíveis, a defesa do executado pode se dar tanto por Embargos à Execução como por mera defesa incidental.
- III. A prescrição intercorrente de que trata o art. 921, parágrafo quarto, do CPC, é cognoscível *ex officio*.

É correto o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I e III.

56. Assinale a alternativa correta a respeito da configuração de grupo econômico para efeito da CLT:

- a) Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, ou ainda quando, mesmo guardando cada uma sua autonomia, integrem grupo econômico, serão responsáveis solidariamente pelas obrigações decorrentes da relação de emprego.
- b) Caracteriza-se grupo econômico a identidade de sócios com a configuração do interesse jurídico e efetiva comunhão econômica entre as empresas integradas.
- c) Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria e com identidade de sócios, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, ou ainda quando, mesmo guardando cada uma sua autonomia, integrem grupo econômico, serão responsáveis solidariamente pelas obrigações decorrentes da relação de emprego, não sendo necessário para a configuração do grupo
- d) A demonstração de interesse econômico integrado entre empresas com identidade de sócios por si só configura grupo econômico sob o aspecto da legislação trabalhista.

57. No processo do trabalho, responde por perdas e danos aquele que litigar de má-fé como reclamante, reclamado ou interveniente quando, por exemplo:

- a) Quando o preposto da reclamada omitir fatos essenciais ao julgamento da causa.
- b) Deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso ou alterar a verdade dos fatos.
- c) Interpuser recurso de decisão que julgar arbitrária.
- d) Provocar incidente processual.

58. Assinale a alternativa correta sobre a caracterização de serviço efetivo disposta na CLT:
- Para a CLT considera-se como serviço efetivo o simples fato de o empregado estar à disposição do empregador nas dependências da empresa, como por exemplo, estar executando atividades pessoais enquanto aguarda ordens de trabalho.
 - Por não se considerar tempo à disposição do empregador, não será computado como período extraordinário o que exceder a jornada normal, quando o empregado, por exigência da empresa, troca de roupa ou uniforme nos vestuários do estabelecimento do empregador.
 - Considera-se como de serviço efetivo o período em que o empregado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens, salvo disposição especial expressamente consignada, como por exemplo, na hipótese de o empregado, por escolha própria, permanecer nas dependências da empresa para exercer atividades particulares, como por exemplo, estudar.
 - Para a CLT somente se considera como serviço efetivo o período em que o empregado esteja executando as tarefas decorrentes do contrato de trabalho.
59. Com o advento da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) pode-se afirmar que a convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre:
- Regulamento empresarial e supressão de regras protetivas do trabalho do adolescente.
 - Troca de feriados e modalidade de registro de jornada de trabalho.
 - Prêmios de incentivo em bens ou serviços e diminuição da remuneração do trabalho noturno.
 - Flexibilização das normas de saúde, higiene e segurança do trabalho previstas em lei ou em normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho.
60. Sobre a Exceção de Incompetência Territorial no processo trabalhista é **INCORRETO** afirmar que:
- Se entender necessária a produção de prova oral, o juízo designará audiência, garantindo o direito de o excipiente e de suas testemunhas serem ouvidos, por carta precatória, no juízo que este houver indicado como competente.
 - O Juiz do Trabalho ao receber a exceção de incompetência territorial apresentada pelo reclamado dentro do prazo de cinco dias a contar da notificação, intimará o reclamante e, se existentes, os litisconsortes, para manifestação no prazo comum de cinco dias. Após, decidirá a exceção de incompetência territorial. O processo ficará suspenso até a decisão do Juiz do Trabalho.
 - O Reclamado poderá apresentar a exceção de incompetência territorial no prazo de cinco dias a contar da notificação, antes da audiência e em peça que sinalize a existência desta exceção, para requerer a suspensão do processo. Com esse procedimento não se realizará a audiência designada pelo Juízo.
 - O Reclamado poderá apresentar a exceção de incompetência territorial no prazo de cinco dias a contar da notificação, antes da audiência e em peça que sinalize a existência desta exceção, para requerer a suspensão do processo. Referida suspensão do processo será apreciada pelo Juiz somente na audiência de instrução e julgamento.